

internacional

internacional@jornaldocomercio.com.br

Tribunal adia decisão que poderia paralisar tarifaço

Ação é um dos grandes testes à agenda do republicano Donald Trump

/ RELAÇÕES COMERCIAIS

Integrantes de um tribunal de apelação do circuito federal que analisa o recurso a uma ação que contesta os poderes do presidente dos EUA para impor as sobretaxas sem o aval do Congresso indicaram ceticismo sobre o argumento usado por Donald Trump no seu tarifaço global.

Os magistrados não tomaram nenhuma decisão nesta quinta sobre paralisar as ordens de Trump, na véspera do prazo que ele mesmo estabeleceu para aplicar alíquotas elevadas sobre a importação de produtos de diversos países.

Ainda assim, a ação é um dos grandes testes à agenda de Trump, e deve parar na Suprema Corte, seja qual for a decisão final dos magistrados. O caso foi discutido numa audiência em que os 11 juízes ouviram argumentos dos advogados do governo Trump e das partes que contestam as tarifas.

O argumento, apresentado por 12 estados e cinco pequenas empresas, é que Trump teria excedido as prerrogativas que a legislação lhe confere para aplicar tarifas sem precisar de aprovação por não haver nenhum tipo de emergência comercial envolvida.

O republicano se valeu da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA), de 1977, para justificar as tarifas contra o Brasil e também contra outras nações. A norma, historicamente utilizada para sanções e embargos, tornou-se peça central na estratégia de Trump para ampliar unilateralmente sua autoridade sobre a política

Democratas preparam manobra para barrar taxaço

Os senadores democratas dos EUA Jeanne Shaheen, Tim Kaine, Chuck Schumer e Ron Wyden anunciaram, nesta quinta-feira, a intenção de apresentar uma "legislação privilegiada" para desafiar as tarifas impostas pelo presidente norte-americano, Donald Trump, para as importações brasileiras, segundo comunicado conjunto. A manobra pode forçar prioridade à pauta na fila de votação na casa.

"Em uma ordem executiva emitida ontem, Trump invocou a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA)



Presidente se valeu da Lei de IEEPA para justificar as taxas ao Brasil

comercial externa dos EUA.

Os magistrados questionaram os representantes do presidente, indicando não estarem convencidos do argumento. Eles perguntaram porque o presidente está usando uma lei que nunca foi usada para aplicação de tarifas para fazê-lo agora. Um deles disse que a IEEPA nem sequer cita a palavra tarifas. "Quando olhamos para o texto da lei... vemos menções a câmbio, pagamentos e moeda. Tarifas parecem não ter nenhuma companhia nesse estatuto. Então, por quê?", questionou um juiz da corte a um advogado do Departamento de Justiça.

Se o tribunal resolver contra o recurso do governo, derrubaria automaticamente as sobretaxas impostas ao Brasil na quarta-feira. Em maio, o Tribunal de Comércio Internacional dos EUA acatou os argumentos e declarou ilegais as chamadas "tarifas recíprocas" impostas por Trump, afirmando que

para impor as tarifas. Qualquer senador pode desafiar o uso da legislação com uma resolução privilegiada, como a que os legisladores apresentarão. Isso significa que o Senado será obrigado a votar a legislação", explica.

No texto, os senadores citam que a alíquota de 50% contra o Brasil aumentará os custos para os norte-americanos em produtos domésticos básicos, prejudicará as economias de ambos os países e pode aproximar o Brasil da China.

"O presidente Trump não tem interesse em reduzir os custos

ele excedeu os poderes conferidos pela IEEPA.

O governo, porém, recorreu rapidamente e, no dia seguinte, reabilitou as tarifas, enquanto analisava o mérito da ação. A tendência é que a decisão do tribunal de apelação, seja qual for, chegue à Suprema Corte, que dará a palavra final.

Reilly Stephens, conselheiro Sênior do Liberty Justice Center, uma das partes que ganhou ação contra as tarifas de Trump no Tribunal de Comércio Internacional dos Estados Unidos, afirmou à Folha que não há emergência que justifique as tarifas de um modo geral, mas especialmente as contra o Brasil.

Stephens acrescenta que o centro não acrescentou o caso do Brasil ao processo porque eles questionam todas as tarifas, mas pontua que o caso do país evidencia ainda mais ilegalidades porque Trump misturou um assunto político com comercial.

para o povo americano. Se tivesse, não estaria impondo tarifas e iniciando guerras comerciais sem sentido", pontua. "É por isso que vamos apresentar uma legislação para desafiar essas tarifas imprudentes contra o Brasil", acrescenta.

De acordo com a nota, os democratas indicam que a ação do republicano é "em resposta às medidas que o Brasil está tomando para responsabilizar o amigo de Trump e ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro por tentar um golpe", que classificam como "violento".

Portugal se junta a outros países para reconhecer o Estado da Palestina

/ GUERRA

Seguindo movimentos de Reino Unido, França e Canadá, Portugal falou nesta quinta-feira de reconhecer o Estado da Palestina em setembro em meio a uma crise humanitária sem precedentes na Faixa de Gaza, assolada por 22 meses de guerra.

Segundo comunicado do gabinete do primeiro-ministro português, Luís Montenegro, o governo considera o reconhecimento da Palestina em um procedimento que pode ser concluído durante a 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. O processo envolve consultar o Parlamento e o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa. "Muitos dos Estados com que Portugal tem concertado posições sobre a matéria evidenciaram disponibilidade para iniciar o procedimento de reconhecimento do Estado palestino", afirma o comunicado. O movimento acontece após mais de 70 anos de conflito na região.

Segundo o gabinete, a medida se justifica pela disposição de nações árabes em normalizar as relações com Israel e pela "evolução altamente preocupante do conflito, seja na dimensão humanitária, seja na repetida alusão à

Trump indica retaliar Canadá caso reconhecimento seja confirmado

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que seria "muito difícil" fazer um acordo comercial com o Canadá após o primeiro-ministro do país, Mark Carney, anunciar que planeja reconhecer a Palestina como um Estado em setembro.

O comunicado do primeiro-ministro canadense ocorre depois que o presidente da França, Emmanuel Macron, disse que também iria reconhecer a Palestina em setembro, assim como o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer. "Isso tornará muito difícil para nós fazermos um acordo comercial com eles", afirmou Trump em uma publicação na plataforma Truth Social.

O republicano estabeleceu o prazo de 1º de agosto para que diversos países terminassem de negociar acordos comerciais com sua administração; caso contrário, ele disse, tarifas de até 50% seriam impostas sobre os produtos que eles enviam para os Estados Unidos.

possibilidade de anexação de territórios palestinos".

O comunicado cita ainda garantias dadas pela Autoridade Nacional Palestina (ANP), reconhecida internacionalmente como representante da Palestina. Dentre elas estão a condenação dos ataques terroristas do Hamas, a libertação dos reféns da facção, a aceitação de um Estado palestino desmilitarizado, a retomada da administração de Gaza e o reconhecimento do Estado de Israel.

No caso de Paris, a decisão foi anunciada pelo presidente Emmanuel Macron na semana passada. Já o premiê britânico, Keir Starmer, fez pronunciamento parecido na terça-feira, afirmando que reconhecerá a Palestina caso o governo israelense não tome medidas para acabar com a "situação terrível" em Gaza. Canadá, por fim, sinalizou na mesma direção na quarta-feira.

Ter apoio de três quartos dos 193 países-membros da ONU, incluindo o Brasil, não garante a adesão a órgãos internacionais. No entanto, os últimos países a acenarem pela criação de um Estado palestino, porém, podem mudar essa situação, já que inclui França e Reino Unido, membros do Conselho de Segurança.

A partir desta sexta-feira, as exportações do Canadá, o segundo maior parceiro comercial dos Estados Unidos, sofreriam uma tarifa de 35% caso não haja um acordo. Desde que assumiu o cargo em janeiro, Trump frequentemente pressionou aliados a mudar políticas, ameaçando tarifas mais altas ou dificultando negociações comerciais.

Recentemente, sua ameaça de se retirar das negociações comerciais com Camboja e Tailândia pareceu contribuir para um rápido acordo de cessar-fogo após um conflito de cinco dias entre os países. Na quarta-feira, o republicano afirmou que iria impor uma tarifa de 25% sobre todos os produtos indianos, citando suas compras de petróleo e equipamento militar da Rússia.

No início deste ano, ele ameaçou o Canadá com tarifas caso não agisse para impedir o tráfico de fentanil através de sua fronteira com os Estados Unidos, que é mínimo.